

O ESTADO DE S. PAULO

GERAL

EDUCAÇÃO

Condenada ação do MEC no ensino superior

Conselho da Universidade Federal de São Paulo acredita que processo do programa de incentivo à docência fere a autonomia universitária

PABLO PEREIRA

O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), instância máxima de decisão da entidade, é contra a forma como foi imposto o programa de incentivo à docência, anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em fevereiro. A posição foi tomada ontem em reunião que durou mais de duas horas, presidida pelo reitor da Unifesp, Hélio Egidio Nogueira.

A decisão fortalece a opinião dos docentes da entidade, que na véspera haviam rejeitado a gratificação em assembléia da categoria. Para o Conselho Universitário da Unifesp, o programa é positivo, mas deveria ser submetido à autonomia das universidades. Um documento com a posição oficial da Unifesp está sendo redigido por uma comissão.

No fim da tarde, a vice-reitora Regina Celes Estela disse, por meio da Assessoria de Imprensa, que a universidade não é contra o programa, mas sim à forma como a medida foi imposta. Segundo ela, a apresentação da medida foi feita em "momento inadequado", quando a categoria inicia campanha salarial.

A reação interna nas universidades já levou o governo a admitir que houve falhas no processo. Anteriormente, o diretor de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), Abílio Baeta Neves, disse que o programa pode passar por ajustes.

Pelo programa, professores com título de doutor podem ter direito a uma bolsa mensal de R\$ 1.100,00. Os docentes com título de mestre ficam com R\$ 750,00 e os professores com especialização, com R\$ 450,00. Pelos cálculos do MEC, devem ser beneficiados cerca de 19 mil docentes. O sistema de ensino superior público conta com 42 mil servidores efetivos, 80% dos docentes com 40 horas ou dedicação exclusiva.

Sem reajuste salarial desde o iní-

cio do governo Fernando Henrique Cardoso, os professores interpretaram a iniciativa do MEC como "excludente e com o objetivo de dividir a categoria, além de tentar isolar os inativos".

Para o ministro Paulo Renato Souza, que defendeu o programa como uma medida do governo para incentivar doutores e mestres a lecionar na graduação, os inativos "são um problema no sistema". Ele afirmou no início da semana em São Paulo que, "com os inativos, o gasto nas universidades é de 106% dos 18% que o governo aplica na educação". Paulo Renato argumentou que esse não é um problema da educação, mas de todo o funcionalismo.

O ministro criticou a interpretação feita pelas entidades sobre o programa de incentivo. "O programa de bolsas é uma forma de proteger a graduação e dar tempo à tramitação da emenda da autonomia das universidades", argumentou.

O assunto será debatido também no encontro de reitores das universidades brasileiras, em Fortaleza, nos dias 22, 23 e 24. Os reitores devem fazer uma avaliação do Plano Nacional

de Educação (PNE) do governo, além de debater financiamento para o ensino público superior, capacitação de professores e melhorias para graduação.

O PNE do governo, que deveria ter sido apresentado ao Congresso até dezembro, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), só foi entregue ao Legislativo dia 12, dois dias após a oposição ter protocolado um projeto de lei sobre o assunto.

O projeto de lei do governo, que recebeu número 4.173/98, terá agora de tramitar com o PL 4.155/98, apresentado por deputados do PT com base em plano nacional de educação definido em encontro nacional de professores e entidades ligadas ao ensino, ocorrido em novembro.

REAÇÃO NAS ESCOLAS LEVA DIRETOR DO MINISTÉRIO A ADMITIR AJUSTES EM PROGRAMA